

REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A TRIÁDE GÊNERO GRAMATICAL, VOGAL TEMÁTICA E DESINÊNCIA DE GÊNERO

Wallace Bezerra de CARVALHO
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

RESUMO: Certamente, a discussão sobre o que é a tríade gênero gramatical, vogal temática e desinência de gênero não é nova nos estudos sobre a língua portuguesa. Não obstante, as conclusões alcançadas pelos debates sobre o assunto não deixaram de ser contrariadas e disputadas. Neste artigo, por isso, tenho como objetivo apresentar algumas das considerações de diferentes teóricos da língua, abordando desde autores de gramáticas tradicionais a estudos em linguística moderna, sob arcabouços diversos.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia, gênero, vogal temática.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, pretendo mostrar, de maneira sintetizada, as conexões entre as abordagens dos estudiosos selecionados, assim como as ligações (e diferenças) entre esses e as hipóteses levantadas na presente dissertação. Por fim, há que se levar em consideração que os textos aqui sintetizados são apenas uma seleção dentre uma vasta gama de importantes trabalhos e que, de maneira alguma, esgota as produções sobre o objeto.

O capítulo, então, é estruturado da seguinte forma: apresento a visão tradicional, através das GTs; em seguida, descrevo os trabalhos mais voltados para a linguística; e, finalmente, sintetizo o capítulo.

1. GRAMÁTICA TRADICIONAL

Apesar de a nomenclatura levar ao pensamento de que Gramáticas Tradicionais são um conjunto homogêneo de compêndios que lidam com os mesmos assuntos a partir das mesmas abordagens, não é exatamente essa a realidade observada. Essa característica não é diferente no que se refere à descrição das manifestações do gênero gramatical em português, das vogais temáticas e das desinências de gênero. Nos próximos parágrafos, as visões de Cunha & Cintra (2013) [1984], Rocha Lima (2014) [1972], Bechara (2009) e Cegalla (2010), apresentadas em suas respectivas gramáticas, são apresentadas. Ao final, apresento, ainda, a abordagem de Perini (2010), um compêndio gramatical com feição mais próxima a ciência linguística.

Primeiramente, para Cunha & Cintra (2013) [1984], dos gêneros gramaticais do português (masculino e feminino), o masculino é o gênero não marcado, ao passo que o feminino é o marcado, o que faz desse possuidor de semântica mais específica. Isso explicaria, então, o porquê de ser o masculino o gênero usado para plurais gerais, quando não se quer especificar gênero algum, como no exemplo ‘Bom dia a **todos**’, quando alguém se dirige a um grupo de pessoas de gênero feminino e masculino. Tal fato também explicaria o porquê de ser a forma masculina a utilizada em tempos verbais compostos, tais como ‘Ela tinha **falado** comigo’. Para os autores, o português possui duas desinências de gênero, a saber, -o para o masculino e -a para o feminino, ilustrado na tabela abaixo, como esquematizada por eles:

Gênero		Número	
Masculino	Feminino	Singular	Plural
o	a	-	s

Quadro 1: Esquemática de Cunha & Cintra (2013) [1984]

Entretanto, para os autores, há a impossibilidade de se saber, via de regra, o gênero a partir de sua significação ou terminação. Porém, como afirmam, nomes terminados em -o átono são masculinos e nomes terminados em -a átono são, geralmente, femininos. Ainda, para os gramáticos, substantivos femininos são formados a partir dos substantivos masculinos, às vezes divergindo em forma, como é o caso dos heterônimos ‘homem’-‘mulher’, e às vezes a formação se dá pela adjunção ou substituição de desinências, como nos casos de ‘senhor’-‘senhora’ e ‘menino’-‘menina’, respectivamente. Quando lidam com vogais temáticas, Cunha & Cintra apenas as relacionam aos verbos, não citando vogais temáticas nominais em sua seção sobre o tema.

Diferentemente dos autores anteriores, Rocha Lima (2014) [1972] adota uma posição mais contundente. Inspirado por Camara Jr. (1970), o autor defende que, em português, as vogais -a, -o e -e átonas em substantivos são, em grande parte, apenas vogais temáticas. O autor considera também a existência de desinências de gênero ao alegar que a vogal -a átona em substantivos referentes a seres sexuados indica o gênero feminino, ao passo que o zero seria o indicador de gênero masculino. De certa maneira, essa hipótese consegue dar conta de um dos problemas do objeto, a quantidade de formas representantes do gênero masculino. É insuficiente, porém, para algumas outras questões, apresentadas mais à frente, quando cito o estudioso Camara Jr.

Bechara (2009), por sua vez, ao falar sobre o gênero gramatical dos substantivos afirma que “[a] oposição masculino-feminino faz alusão a outros aspectos da realidade, diferentes da diversidade de sexo[...]” (2009: 132). Dessa forma, o autor acaba se afastando parcialmente do que afirma Rocha Lima (2014) [1972], já que, para Bechara, a oposição entre gêneros gramaticais se dá numa escala maior. Nesse caminho, o estudioso afirma que a oposição entre gêneros serve como distinção de objetos através de certas qualidades semânticas, já que, para ele, aproximando-se de Cunha & Cintra (2013) [1984], o feminino seria o marcado do par e, por isso, substantivos femininos são especializados em relação ao masculino. Além disso, o autor argumenta que o gênero em português não se manifesta de nenhuma maneira por flexão, mas por derivação. Bechara, então, utiliza como argumento o fato de gênero gramatical ser expresso em português de diferentes formas, como outros sufixos. Tal característica é tida como relacionada a processos derivativos, como visto em Gonçalves (2011). Assim, o autor afirma que palavras como ‘gato’ e ‘gata’ são palavras diferentes - e não integrantes de um mesmo paradigma -, sendo o substantivo feminino formado a partir do masculino. Essa proposta é interessante à medida que, em certos momentos, não fica clara a diferença entre processos flexionais e derivacionais, sendo, primariamente, uma diferença mais quantitativa que qualitativa.

De certo, Bechara admite a existência da função relacionada às vogais temáticas, cumprida pelas átonas finais -a, -o e -e, e da função relacionada às desinências de gênero, exercida pelos sufixos -a e -o. Por conta de o autor considerar que gênero gramatical é uma

informação que vai além do sexo biológico, é possível que, para ele, pares como ‘barco’-‘barca’, seres inanimados (que, logo, não possuem sexo) também possuam informação de gênero. Assim, os marcadores de gênero e vogais temáticas estariam representados na gramática do falante de português assim como se segue:

Marcador de gênero (desinência - sufixo)		Vogais temáticas			Morfema cumulativo (VT - Desinência) ¹	
a	o	a	o	e	a	o

Quadro 2: Esquematisação baseada em Bechara (2009)

Por fim, o autor versa sobre a alegada arbitrariedade da atribuição de gênero gramatical aos substantivos. Primeiramente, Bechara afirma que “[a] diferença do sexo nos seres animados pode manifestar-se ou não com diferenças formais neles” (2009: 133), ao falar de casos de substantivos comuns-de-dois. Em segundo lugar, argumenta que

“[a] distinção do gênero nos substantivos não tem fundamentos racionais, exceto a tradição fixada pelo uso e pela norma; nada justifica serem, em português, masculinos *lápiz, papel, tinteiro* e femininos *caneta, folha e tinta*.” (2009: 133).

É notada certa confusão nos critérios usados pelo autor. Ele afirma que as vogais temáticas servem como distinção de gênero, assim como outros sufixos, esses últimos claramente relacionados à oposição entre sexos. Acontece, todavia, de o autor afirmar que a oposição entre gêneros não se dá no campo da oposição entre sexos somente. A pergunta que surge é: por que somente as ditas desinências teriam a capacidade de ir além do sexo biológico? Ainda, qual seria o significado real das desinências de gênero? O que seriam os outros aspectos da realidade aos quais se refere? Perguntas como essas ficam sem respostas no texto do estudioso.

Finalmente, Cegalla (2010) parece concordar com Bechara no que se refere à atribuição de gênero a seres inanimados, já que esse chama atenção para “a própria fantasia que moldura o universo do falante” (BECHARA, 2009: 133) e aquele alega que “[g]ênero é a propriedade que as palavras têm de indicar o sexo real ou fictício dos seres” (2010: 135). Na esteira da diferenciação entre gênero gramatical em seres animados e inanimados, Cegalla afirma que o gênero de substantivos referentes a seres vivos ser, em geral, correspondente a seus respectivos sexos. Seguindo essa linha, seres inanimados passam a ter gênero gramatical puramente por convenção. Como é o caso dos autores anteriores, Cegalla também defende que a formação do feminino tem por base substantivos no masculino.

Essa última informação parece ser apenas uma afirmação sem qualquer embasamento em dados empíricos. Há, é claro, a afirmação de que o masculino é a forma não marcada, mas partir desse ponto para justificar a afirmação anterior soa, no mínimo, falacioso, já que, dificilmente, um falante não reconheceria ou produziria uma forma masculina a partir de uma feminina. Tome-se o exemplo: um falante que nunca ouviu o par ‘urso’-’ursa’, mas já esteve em contato com outros substantivos que seguem esse padrão opositivo, escuta pela primeira vez a palavra ‘ursa’. Sabendo seu significado, provavelmente, ao ser perguntado sobre qual seria o masculino,

¹ O autor afirma, no entanto, que, nos nomes, a vogal temática (*a, o*) é cumulativa e secundariamente funciona como a desinência de gênero.

Revisão da literatura sobre a tríade gênero gramatical, vogal temática e desinência de gênero

ele/ela responderia ‘urso’. Assim se dá com pares de seres inanimados e, por que não, com palavras realmente novas.

Cegalla, ainda, ao descrever as desinências flexionais do português, coloca as vogais -a e -o como indicadores de gênero; é obscura, contudo, sua posição quanto à vogal -e. Ao lidar com vogais temáticas, só faz menção àquelas relacionadas aos verbos, deixando as vogais temáticas nominais de lado.

O último gramático a ser apresentado é Perini (2010), já que sua gramática é a única descritiva e está bastante alinhada com recentes estudos em linguística. Dessa forma, o autor, ao falar sobre flexão de gênero em nomes, começa diferenciando gênero inerente e gênero governado, o primeiro relacionado a nominais referenciais, como os substantivos, e o segundo relacionado a nominais qualificativos, como os adjetivos. Para o autor, nominais referenciais possuem gênero inerente por conta de sua referência a um ser do mundo; nominais qualificativos possuem gênero governado por conta da necessidade de concordância com nominais referenciais, ou seja, o gênero é governado por conta de ser recebido de outro item.

Continuando, o autor afirma que “[e]ssencialmente, o gênero gramatical não tem nada a ver com o sexo” (2010: 281) do ser ao qual está conectado. Como argumento, defende que é possível fazer referência a um ser do sexo masculino a partir de substantivos femininos, tal é o caso de “O João é uma das testemunhas do caso”. Uma importante observação, no entanto, é feita em uma de suas notas. É dito que, nos casos em que substantivos de um gênero podem fazer referência ao outro gênero, eles fazem referência aos dois indistintamente; o autor continua, comentando que “[...]aparentemente não existem itens masculinos que se refiram necessariamente a criaturas do sexo feminino, ou vice-versa.” (2010: 281). Além disso, observa que há uma tendência a relacionar gênero e sexo. Essas informações, a princípio, se mostram conflituosas com a hipótese de que gênero nada tem a ver com sexo.

Todavia, Perini alega que, na maioria dos casos, não há sexo envolvido na relação gênero gramatical-substantivo; tal fato, entretanto, para ele, não possui relevância gramatical, já que, para efeitos de concordância, havendo relação ou não com sexo, o gênero gramatical funciona da mesma maneira. Possivelmente, essa posição vem da perspectiva do autor, que tem relação muito próxima com a sintaxe e com o gerativismo, uma teoria em essência sintaticocêntrica. Ao se vislumbrar uma proposta que também considere os impactos semânticos na mente do falante, torna-se difícil sustentar a afirmação do autor de que a correlação entre gênero gramatical e sexo “não tem relevância na gramática” (PERINI, 2010: 281). Por fim, aparentemente, o autor não faz menção, em sua gramática, a vogais temáticas e/ou desinências de gênero.

2. ABORDAGENS LINGUÍSTICAS

Apesar de os conflitos encontrados nas GTs se fazerem presentes, aqueles encontrados na linguística propriamente dita se mostram ainda mais acirrados. É mais claro, também, o empreendimento empírico dos linguistas. Nesta seção, descrevo alguns trabalhos que versam sobre gênero gramatical em português, assim como sua materialização em desinências/sufixos, e sobre vogais temáticas, alguns mais enraizados nos estudos da língua portuguesa, outros menos.

Provavelmente, Camara Jr. (1970) tem uma das hipóteses mais bem difundidas sobre as desinências de gênero/vogais temáticas no português. É correto afirmar que, apesar de não ser o único, influenciou gramáticos, como Rocha Lima, assim como outros linguistas, como será visto mais a frente.

O autor inicia sua proposta se posicionando contra a vigente a sua época. Propõe, contrariando as gramáticas que relacionavam gênero gramatical ao sexo dos seres, que os dois conceitos são dissociados, alegando que (i) gênero gramatical abrange todos os substantivos, sejam eles referentes a seres animados ou inanimados, e que (ii) há discrepância entre gênero e sexo em seres animados. Gênero, para o estudioso, é apenas uma distribuição em classes mórficas, adicionando, aos substantivos, distinção entre qualidades semânticas. Por conta de, para ele, o masculino ser o gênero não marcado e o feminino o gênero marcado, esse especifica o substantivo, ao passo que aquele torna o substantivo mais geral.

No que se refere às diferenças entre vogal temática e desinência de gênero, o autor foi revolucionário. Sua hipótese era de que, em português, existem três vogais temáticas (-a; -o; -e). Dessas vogais temáticas, uma é homomórfica com a desinência de gênero -a. Segundo o autor, no entanto, a desinência de gênero só está presente em substantivos referentes a seres sexuados; caso contrário, o que se apresenta é apenas vogal temática. Seguindo a argumentação, dessa maneira, alega que a marca de gênero feminino é -a e a marca de masculino é o zero morfológico, desconsiderando a possibilidade de o -o ser marca de masculino até mesmo em seres sexuados, sendo puramente vogal temática. Assim, a proposta é resumida na tabela seguinte:

Desinência de gênero	Vogal temática		
a	a	o	e

Tabela 3: Esquematização baseada em Camara Jr. (1970)

É confuso, contudo, afirmar, segundo a própria visão do autor, que gênero nada tem a ver com sexo, já que o próprio critério para que se defina a presença de uma desinência de gênero é o nome se referir a um substantivo sexuado ou não. Para o autor, a átona final -a pode ser tanto vogal temática ('casa') quanto desinência de gênero ('amiga'). Para ele, as desinências estão associadas a seres sexuados. Sendo assim, o critério que Camara Jr. descarta ao criticar as gramáticas é aquele adotado para definir a desinência de gênero. Além disso, há críticas à proposta do autor apresentadas por Kehdi e Nascimento, vistas ainda nesta seção

Ainda assim, de fato, a visão de Camara Jr. influenciou outros autores, tal como Zanotto (2013) e Freitas (1997). Ambos seguem a ideia de que apenas -a em seres sexuados pode ser considerada desinência de gênero e que o masculino é a forma básica, não marcada formalmente. Da mesma maneira, ambos concordam que não se deve associar a ideia de sexo natural à de gênero gramatical.

Para Zanotto, gênero gramatical divide substantivos em subcategorias e que a atribuição do fenômeno é inerente e aleatória. Para o autor, essa aleatoriedade é evidenciada pela mudança de gênero em palavras do latim para o português e está ligada ao uso da língua. Argumenta, além disso, que o português possui três vogais temáticas que funcionam como morfemas classificatórios, subdividindo os nomes em três categorias. Assim como Camara Jr., defende que o mecanismo básico da flexão de gênero no português é a supressão de vogais temáticas, seguida da adjunção de -a. Aqui, o autor enfrenta o mesmo problema vivido por gramáticos anteriores, como Cegalla e outros, ao deixar implícito que o feminino é sempre uma forma criada *a posteriori*, flexionando-se a partir de uma forma básica, falhando, assim, na explicação de casos em que o

Revisão da literatura sobre a tríade gênero gramatical, vogal temática e desinência de gênero

feminino é a forma primeva, como é o caso de ‘viúva’, considerada anterior a ‘viúvo’ por vários etimólogos (cf. VIARO, 2016).

Freitas, por sua vez, argumenta que a oposição de gênero se dá entre a marca -a e o morfe zero, e, ainda, argumenta que o artigo é a marca essencial de gênero. Entretanto, vai contra absolutos sobre a desinência de gênero, já que palavras como ‘onça’, ‘criança’ e ‘vítima’ possuem -a e, mesmo assim, não apresentam noção de sexo implícita. No entanto, como é visto em Kehdi (1990), formas como ‘criança’, por exemplo, podem apresentar oposição com ‘crianço’, fato esse que não pode ser tomado como irrelevante. Apesar de o autor alegar que somente a vogal -a átona é desinência de gênero, não há uma abordagem explícita do que são as vogais que não são marcas de gênero.

Uma postura parcialmente diferente é aquela encontrada em Rocha (1996). Primeiramente, o autor afirma que gênero gramatical em português é, por essência, representado por expediente sintático, podendo, no entanto, exibir características flexionais quando visto sob o aspecto da relação entre substantivos e determinantes. Essa abordagem, mais direcionada à sintaxe, tem justificativa em sua base gerativista. Segundo o teórico, existem marcas morfológicas de gênero; porém, somente uma parte pequena dos substantivos pode apresentá-las (aqueles que possuem referente sexuado), já que, para ele, “[o] mecanismo morfológico de mudança de gênero do substantivo apresenta como contraparte semântica a distinção de sexo” (1996: 207), e, além disso, apenas 4,5% dos substantivos se referem a seres com sexo no mundo biossocial. O autor, ainda, soma a isso o fato de nem todos os substantivos que correspondem a seres sexuados possuírem marca morfológica, tal é o caso de ‘jacaré’ e ‘conjugue’.

Nascimento (2006) apresenta uma crítica a essa proposta ao abordar pares como *matomata*, *barco-barca*, *sapato-sapata* etc. Tais pares sempre se dividem em masculino e feminino de acordo com sua vogal final, -o e -a, respectivamente, o que mostra a associação entre a informação de gênero e a terminação vocálica. Além disso, caso consideremos desinências de gênero somente aquelas relativas a seres sexuados, ficaria difícil argumentar o que motiva a diferença semântica entre uma forma e outra, já que qualquer vogal temática poderia estar presente nos substantivos em questão.

Além disso, para apreender uma língua, o ser humano conta com um aparato conhecido como Teoria da Mente (TOMASELLO, 2003), como mencionado no capítulo arcabouço teórico. Ao perceber que outro ser humano tem as mesmas potencialidades que as suas, uma criança entende que pode produzir linguagem tal qual aquele. As experiências biológicas, sociais e culturais também se mostram de suma importância durante o processo, como visto em Lakoff & Johnson (1987). Esses dois fatores, combinados, sustentam a importância da experiência com outros seres humanos e, por extensão, com seres vivos durante a aquisição. Compreendo, assim, que, apesar de numericamente baixa, a quantidade de substantivos de referentes animados é, para a aquisição da linguagem, qualitativamente superior em relação aos de referentes inanimados.

Para Rocha, a marcação de gênero nos substantivos em português é de caráter derivacional e não flexional². Com base nessa afirmação, o autor propõe que a marca final -a, em ‘gata’, é tão derivacional quanto os sufixos -essa, como em ‘condessa’, -isa, em ‘poetisa’, -ina, em ‘czarina’ etc. e que, a partir de determinada base, o feminino pode ser formado a partir da adjunção de um desses sufixos. [Nota sobre formas básicas] Contudo, o autor não discorre sobre as vogais temáticas, aquelas que estão na base antes da adjunção dos sufixos.

² Para a Gramática de Construções, assim como não há diferenças reais entre os níveis linguísticos (explicados todos a partir do conceito ‘construção’), também não há diferença entre aquilo que é chamado flexão e aquilo que é chamado derivação.

Outro ponto de vista é levantado pela autora gerativista Maria Ângela Botelho Pereira em sua tese de doutorado de 1984 intitulada *Gênero e número em português: estudo das relações forma-sentido na gramática*, posteriormente publicada em livro sob o mesmo título (BOTELHO PEREIRA, 1987). A autora, seguindo uma linha parecida com algumas já expostas, propõe que a categoria de gênero gramatical é associada a sexo; porém, somente quando é aplicada a seres animados e, portanto, sexuados. Para a autora, portanto, gênero gramatical é uma categoria linguística diretamente associada a sexo biológico. Assim, quando relacionada a seres inanimados, a categoria serve simplesmente como divisão de vocábulos em classes morfológicas distintas.

Por conta da base gerativista, Botelho Pereira enxerga a gramática como cindida em componentes menores que apenas se relacionam superficialmente. Essa posição leva a autora a argumentar que a categoria gênero gramatical se divide sintática e semanticamente, não havendo equivalência, apenas vinculação entre ambas. Dessa forma, por mais que apresente gênero sintático, um substantivo pode não apresentar gênero semântico e vice-versa. Nessa esteira, segundo a autora, substantivos referentes a inanimados podem apresentar gênero sintático, mas não apresentam gênero semântico. Vale ressaltar que, para a linguista, esse não é atribuído aos substantivos de forma externa, mas internamente; é originada, portanto, do interior da estrutura conceitual inerente ao substantivo.

A autora, concordando com a proposta feita por Camara Jr., coloca apenas alguns substantivos com uma marca formal de gênero, relacionado ao feminino (-a). Assim, a língua não dispõe de uma marca formal para o masculino, restando a esse o zero morfológico. A pesquisadora salienta que, no entanto, a semântica de gênero não pode ser imputada ao sufixo, por conta de substantivos comuns de dois contarem com gênero semântico, mas não apresentarem marca formal alguma. Além disso, Botelho Pereira indica que gênero gramatical também é marcado por concordância (fenômeno não abordado nesta pesquisa).

Neste trabalho, assumo posição frontalmente contra as propostas da autora. Primeiramente, visto meu posicionamento teórico, não considero a gramática como sendo cindida e, portanto, apesar de suas especificidades, sintaxe e semântica sempre serão atualizadas em conjunto devido às construções gramaticais. Considero, diferentemente da autora, que as construções desinenciais de gênero são duas, [N-a] e [N-o], e a semântica de sexo é imputada a essas, apesar de as construções não estarem presentes em todos os substantivos. Argumento, ainda, que o significado das construções é atribuído a todo e qualquer substantivo a qual se \adjungem, seja de referente animado ou inanimado. Dessa forma, não obstante nossa concordância sobre a semântica de gênero, proponho que substantivos de referente inanimado também são entendidos pelos falantes como tendo características relacionadas culturalmente a sexo biológico.

Quando Villalva (2003) se debruça sobre o tópico das vogais temáticas, propõe uma diferença taxonômica: vogais temáticas são aquelas relacionadas a verbos (-a; -e; e -i); índices temáticos são aqueles relacionados aos nomes e adjetivos (-a, -o, -e, Ø)³. Ao confrontar três fatores diferentes para os nomes (índices temáticos; formas variáveis x formas invariáveis; formas femininas x formas masculinas x formas de dois gêneros), a autora identifica um sistema no português de vinte e três classes temáticas. Assumo uma postura contrária a essa proposta, já que identifico, como o que se tem na literatura como vogais temáticas nominais/índices temáticas, apenas as construções [N-a], [N-o] e [N-e], as quais chamo de construções desinenciais de gênero. Entendo palavras que se opõem genericamente por derivação, heteronímia ou ainda

³A autora faz menção a formas temáticas ('aluna', 'aluno', 'ponte', 'mar'), formas atemáticas ('cajá') e formas com constituintes temáticos marginais ('piegas').

Revisão da literatura sobre a tríade gênero gramatical, vogal temática e desinência de gênero

aquelas que não apresentam tema algum com uma representação específica no *constructicon*, assunto mais bem abordado na seção de discussão.

Semanticamente, Villalva se alinha a outros autores mencionados. A autora identifica dois valores para o gênero no português: masculino e feminino. Alega ainda que, quando nomes animados possuem gênero feminino, esses são geralmente associados a seres do sexo feminino, já quando o nome é masculino, o referente tende a ser masculino. Bem como outros estudiosos, a autora afirma que, quando os nomes são inanimados, não há conteúdo referencial definido, logo, a relação entre gênero e sexo não é necessária.

Por fim, a autora levanta dois pontos: a característica não flexional do gênero; e a falta de relação da categoria com morfemas. O primeiro desses pontos é de convergência entre aquele e este trabalho, ainda que por motivos diferentes (como explico no capítulo Arcabouço Teórico, em Sobre a diferença entre flexão e derivação). No segundo ponto, a autora levanta uma separação entre o significado de gênero e os morfemas a ele relacionados, defendendo que essa relação é inexistente. Como já estabelecido, defendo neste trabalho que há tal relação, especialmente entre a categoria gênero (e seu significado) e as formas [N-a], [N-o] e [N-e]. Ao contrário da autora, entendo que, mesmo que outras construções morfológicas transmitam a informação de gênero, isso nada impede as funções das construções [N-a], [N-o] e [N-e] serem relacionadas à categoria, já essas funcionam diferentemente daquelas.

Outro linguista, Kehdi (1990), segue as ideias de Câmara Jr. em diversos aspectos. Entretanto, na seção aberta para tratar da flexão de gênero, o autor levanta contundentes contra-argumentos à proposta de que a única desinência de gênero do português é o -a, e que o masculino é representado pelo zero, i.e., não possui marca. Kehdi, para tanto, retoma preceitos de abordagens de antigos gramáticos, os quais afirmavam, como Cunha & Cintra e Cegalla, que a oposição de gênero masculino e feminino no português se dá através da oposição entre as desinências -o e -a. O autor, para sustentar seu pensamento, fornece dois argumentos: (i) alega que substantivos com referentes femininos, ao terem como terminação a vogal -o, passam a masculinos, tal é o caso de *mulheraço* e *cabeçalho*; e (ii) indica que, na linguagem popular, falantes utilizam a vogal -o como marcador de masculino, como são os casos ‘*crianço*’, ‘*coiso*’ e ‘*madrasto*’.

Ao discorrer sobre vogais temáticas, o autor concorda com aqueles que mencionam o formativo, explicando que no português existem três: -a, -o e -e. Dessas três, -a e -o seriam respectivamente comutadas às desinências de gênero foneticamente equivalentes. Kehdi levanta a questão sobre quais estratégias podem ser usadas para diferenciar um formativo de outro. Assim, sugere que, para que sejam consideradas desinências, as vogais -o e -a precisam estar em relação de oposição entre si, como acontece no par ‘*menino*’-‘*menina*’. Caso contrário, como é o caso de *livro* e *carta*, o que se apresenta é apenas vogal temática. Por fim, o teórico também menciona o fato de as vogais temáticas não estarem conectadas aos gêneros gramaticais, como é o caso de a ‘*libido*’ e o ‘*mapa*’. Porém, como já mencionado anteriormente (citando Nascimento), é importante notar que, na maioria esmagadora dos casos, palavras terminadas em -o são masculinas e palavras terminadas e -a, femininas, tais como os exemplos, ‘*livro*’ e ‘*carta*’, dados por Kehdi.

Dentre os estudiosos, o mais recente a tratar do assunto foi Gonçalves (2019). O morfólogo, ao abordar o objeto, mostra as características das vogais temáticas nominais do português (-a, -o e -e), as quais prefere chamar de atualizadores lexicais, já que essas têm, sob seu ponto de vista, seguindo Bechara, a função primária de atualizar substantivos para que esses funcionem como palavras na língua. Além disso, o autor chama atenção para o fato de as vogais -a e -o terem também como função a categorização dos nomes quanto ao gênero. A vogal -e, por

sua vez, não apresenta essa função já que não apresenta especificação quanto a gênero, ao contrário de -o e -a, que são relacionadas de maneira maciça a palavras masculinas e femininas, respectivamente. Gonçalves, contudo, não ignora contra-exemplos para sua afirmação; justifica, no entanto, que palavras masculinas com terminação -a e femininas com terminação -o são pouco numerosas, o que as torna pequenas exceções a um fato linguístico mais geral. Cabe ressaltar que, aparentemente, o autor não torna marcadores de gênero formas exclusivas de seres sexuados. Tal orientação pode ser percebida através dos exemplos utilizados pelo autor em seu texto.

Por último, o trabalho de Nascimento (2006), seguindo a Linguística Cognitiva, faz uma proposta inovadora. Primeiramente, sugere que, de fato, é preciso relacionar os conceitos de sexo biológico e gênero gramatical. Essa proposta é defendida com base nas ideias de Lakoff & Johnson (1987), os quais sustentam que entendemos conceitos mais complexos através de conceitos mais básicos, além da importância da experiência corpórea na aquisição linguística. Dessa maneira, Nascimento argumenta que o significado de gênero gramatical é baseado nas diferenças existentes entre sexos, em conjunto com convenções relacionadas a esses. Assim, explica como o gênero masculino passa a ser entendido como não marcado e prototípico, central, ao passo que o feminino é tido como o oposto. Dado que esse não é um fenômeno isolado, sendo percebido por toda a língua, o autor diz que “[é], portanto, não só perfeitamente admissível, mas também justificável a relação que o falante comum estabelece entre gênero e sexo, conceptualizando o primeiro conceito, mais abstrato, em termos do segundo, mais concreto e mais básico” (2006: 83). Tal posicionamento é adotado também por este trabalho.

Assim como outros estudiosos, por conta de considerar o masculino a forma não marcada, Nascimento também entende como a forma mais básica. O autor defende que substantivos masculinos preexistem aos femininos e servem de base para a formação desses, exemplificando a ideia com pares como ‘duque’-’duquesa’, ‘profeta’-’profetisa’, ‘tigre’-’tigresa’, entre outros. Por conta de dados em que o feminino é anterior, como ‘musa’ e ‘viúva’, esse é um posicionamento difícil de ser comprovado e sustentado, especialmente em um trabalho que se vale da teoria da Gramática de Construções⁴.

Para sustentar a afirmação de que as terminações nominiais -o e -a se referem a gêneros, o autor faz uso de uma série de argumentos. Em primeiro lugar, explica que, em pares como ‘mato’-’mata’ e ‘barco’-’barca’, o item com terminação em -o é sempre masculino, já o com terminação em -a se atualiza como feminino, como citado anteriormente. O segundo ponto levantado pelo autor se relaciona com a proposta de Kehdi, já que Nascimento defende que “os falantes, de modo geral, estabelecem uma relação imediata entre construções em -o e o gênero masculino e construções em -a e o gênero feminino” (2006: 87), como em ‘crianço’ e ‘madrasto’. Por fim, o autor apresenta mais dois argumentos: o primeiro, conectado ao anterior, sugerindo que falantes de português estranham nomes femininos terminados em -o, como em ‘Dido’ e ‘Noriko’; o segundo se relaciona à aquisição. Citando Name e Figueira (data), o autor mostra como crianças em fase de aquisição entendem, além de utilizarem a vogal, a terminação -o como expressão da ideia de masculino, como em ‘Bom dia’ (um bom dia dito por um homem) e ‘fado’ (uma fada que é homem).

Com relação às vogais temáticas e às desinências de gênero, a proposta do teórico vai de encontro àquelas apresentadas por estudiosos anteriores. Nascimento sugere a extinção da separação entre as nomenclaturas vogal temática e desinência de gênero, e, por consequência, as

⁴ É preciso, no entanto, notar que o autor tinha como principal aporte teórico o trabalho de Goldberg (1995). A autora ainda não havia estabelecido em seus trabalhos um compromisso com o uso, logo o autor também não fazia Gramática de Construções Baseada no Uso, como é o caso desta dissertação. Ainda assim, a crítica se mostra relevante na comparação entre as duas abordagens por critérios de simplicidade argumentativa

Revisão da literatura sobre a tríade gênero gramatical, vogal temática e desinência de gênero

relações desinência de gênero/referente animado e vogal temática/referente inanimado, alegando que a separação entre os dois conceitos é uma cisão fabricada que não se mostra real. O autor afirma que, mesmo não fazendo parte do cânone, a proposta de abandono da separação entre vogal temática e desinência de gênero não é nova, indicando o trabalho de Villalva (2003).

Enfim, o linguista chega a sua hipótese para o que são as vogais temáticas/desinências de gênero; para ele, os falantes de português lidam com duas construções com as vogais -a e -o em seu polo formal e com as especificações de gênero e prototipicidade em seu polo funcional, como apresentadas no esquema⁵ abaixo:

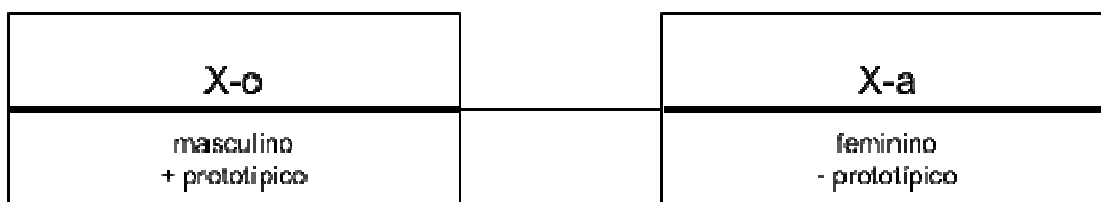


Figura 1: Representação das construções com base em Nascimento (2006)

Em relação à prototipicidade, Nascimento lança mão do conceito por duas vezes. Na primeira, afirma ser a construção de masculino especificada como [+ prototípico] em seu polo semântico, enquanto a construção de feminino é [- prototípico]. Em um segundo momento, utiliza a noção para conduzir sua argumentação, afirmando que pares como ‘menino’-‘menina’ ocupam uma posição mais nuclear da construção, por conta de esses tornarem explícita a noção de sexo. Dessa forma, o autor cria uma gradação de itens mais representativos e outros menos representativos do esquema construcional. Tal compreensão do esquema construcional, a partir de uma divisão entre mais ou menos prototípico, pode se tornar confusa, já que o conceito de protótipo de uma categoria se refere às categorias semânticas. Ainda, o próprio conceito de construção faz com que as construções X-a e X-o, às quais o autor se refere, possuam significado estável, independentemente dos substantivos a que estão ligadas. Além disso, um problema formal-descritivo é notado no momento em que o autor não especifica quais classes são representadas por X, se apenas nomes, adjetivos, verbos etc.

Apesar de o autor defender a não separação de vogais temáticas e desinências de gênero com base na ideia de construções gramaticais, acaba criando uma nova divisão, dessa vez entre construções gramaticais. Ao considerar pares como ‘mato’-‘mata’, Nascimento sugere a existência de outras construções, as quais ele chama de ‘construções decorrentes’, relacionadas àquelas mencionadas anteriormente, as básicas. Entretanto, ao passo que as construções básicas têm em seu polo funcional sexo e prototipicidade, as decorrentes herdaram apenas o traço de prototipicidade. Desse jeito, mesmo evitando uma divisão desnecessária por um lado, o autor cria outra, como visto no seguinte esquema:

⁵ Os esquemas apresentados, tanto o das construções básicas, quanto o das decorrentes, são representações das explanações textuais do autor. Não reproduzem exatamente as ilustrações criadas por Nascimento.

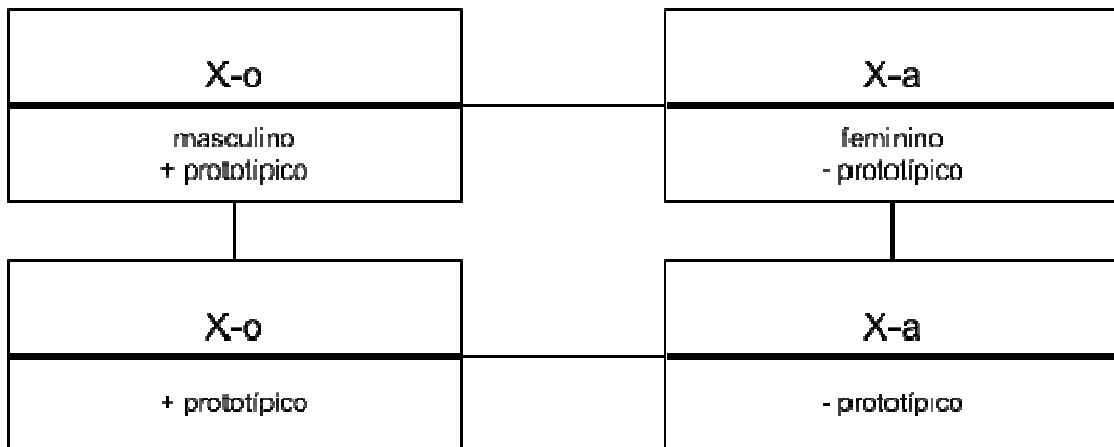


Figura 2: Representação das construções com base em Nascimento (2006)

Nascimento, dessa forma, dá conta de alguns dos problemas deixados por outros teóricos assumindo que, independente de o referente ser sexuado ou não, a desinência de gênero/vogal temática indicará sexo. Porém, visando a dar conta de pares como ‘mato’-‘mata’, acaba por deslocar o foco do problema da divisão desinência de gênero/vogal temática para outro ponto: com a nova divisão entre construções, como será possível definir a quais delas um nome está se combinando? Casos em que não há um par, e.g. ‘parafuso’, o nome se adjunge à construção que indica sexo e prototipicidade ou somente àquela referente à prototipicidade? O autor ainda preconiza uma ligação entre substantivos referentes a seres sexuados às construções básicas e assexuados às construções decorrentes; porém, nos exemplos fornecidos por ele, esse critério é confuso, já que, como exemplo para as construções básicas, oferece os substantivos ‘carro’, ‘livro’, ‘tribo’, ‘libido’, ‘pente’, ‘ponte’, ‘casa’, ‘mesa’, entre outros.

CONCLUSÃO

Como se pode perceber a partir da explanação apresentada nas seções anteriores, existem tanto pontos de convergência quanto de divergência entre os teóricos. Como já notado por Nascimento, há duas grandes linhas argumentativas quanto ao assunto tríplice gênero gramatical-vogal temática-desinência de gênero, além de uma terceira, de menor escala, defendida pelo próprio autor. A posição mais tradicionalista é aquela que relaciona sexo a gênero gramatical e relaciona essa informação às desinências -a e -o, separando-as das vogais temáticas -a, -o e -e, de acordo com os substantivos aos quais são adjungidas, se animados (sexuados) ou não. Outra perspectiva é aquela, inaugurada por Camara Jr., que critica a mistura dos conceitos sexo e gênero e propõe a existência de somente uma desinência de gênero (-a), quando essa está conectada a substantivos com referentes sexuados (inserir nota). Por esse enfoque, apenas o gênero feminino teria uma marca morfológica, cabendo ao masculino a representação pelo zero. Uma terceira posição alvitrada é aquela exposta por Nascimento, na qual o autor propõe que vogais temáticas nominiais e desinências de gênero não devem ser tratadas como diferentes. O autor também argumenta em favor de que se considere que as construções de gênero devem ser entendidas como tendo, em seu polo funcional, o significado de sexo, seja literal ou metafórico. Por fim, o linguista defende a existência de outras duas construções, relacionadas às construções que indicam gênero, atribuídas a pares como ‘mata’-‘mato’. Nessas, segundo Nascimento, o significado de sexo se perderia e o que estaria em jogo é a prototipicidade do substantivo.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 334-335, 2009.
- BOTELHO PEREIRA, M. Â. *Gênero e número em português*. Rio de Janeiro: PROED/ UFRJ, 1987.
- CAMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- CAMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Padrão-Livraria Editora, 1975.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 2008.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. LEXIKON Editora Digital Ltda, 1985.
- FREITAS, H. R. *Princípios de morfologia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1998.
- GOLDBERG, A. E.. *Constructions: A construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University Press, 1995.
- GONÇALVES, C. A. V. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português*. Ed. Contexto, 2011. GONÇALVES,
- GONÇALVES, C. A. V. *Morfologia*. São Paulo: Parábola, 2019.
- KEHDI, V. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 2001.
- LAKOFF, G. The invariance hypothesis: Is abstract reason based on image-schemas?. *Cognitive Linguistics* (includes Cognitive Linguistic Bibliography), v. 1, n. 1, p. 39-74, 1990.
- NASCIMENTO, M. J. R. *Repensando as vogais temáticas nominais a partir da gramática das construções*. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. Parábola Ed., 2010.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José, 2014.
- ROCHA, L. C. A. *Estruturas morfológicas do português*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008
- TOMASELLO, M. *Constructing a language*. Harvard university press, 2003.
- VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto. 2016.
- VILLALVA, A. Estrutura morfológica básica. In: MATEUS, M. H. M. et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*, v. 5, 2003. VIP, A.; LIBI, F. Aurélia, a dicionária da língua afiada. Editora da Bispa, 2006.